

Os efeitos de sentido acerca do trabalho em diferentes gêneros discursivos

Rosângela Rocio Jarros Rodrigues

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida na área de Psicologia do Trabalho. O objetivo é investigar, de uma perspectiva crítica, os efeitos de sentido produzidos ao longo do processo social, histórico e cultural acerca da temática do Trabalho e identificar na inscrição de enunciados os valores ideológicos veiculados pela comunidade discursiva que os enuncia. O método de pesquisa é qualitativo e fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa e o *corpus* constituído por diferentes gêneros discursivos, como poesia, letra de música, história em quadrinhos e provérbios. Os resultados indicam a predominância da formação discursiva instrumental, ou seja, o trabalho como fonte econômica e de sobrevivência. Conclui-se que o sentido do trabalho reafirma valores ideológicos ligados ao capital.

Palavras-chave: Trabalho; análise do discurso; produção de sentidos; gêneros discursivos.

The sense effects concerning the work in different discursive

Abstract: *This article result of a research developed in the area of Psychology of the Work. The objective is to investigate, of a critical perspective, the sense effects produced along the process social, historical and cultural concerning the theme of the Work and to identify in the registration of statements the ideological values transmitted by the discursive community that enunciates them. The research method is qualitative and it is based in the Analysis of the Speech of French line and the corpus constituted by different discursive goods, as poetry, music letter, cartoon and proverbs. The results indicate the predominance of the instrumental discursive formation, in other words, the work as economical source and of survival. It is ended that the sense of the work reaffirms linked ideological values to the capital.*

Keywords: *Work; analysis of the speech; sense production; goods of the speech.*

Introdução

O sentido não existe em si mesmo, descolado em uma palavra, uma expressão, uma proposição; não se limita ao texto escrito ou oral, mas inclui as condições de produção. Nessa perspectiva, vale dizer, o texto é tomado além de sua estruturação interna, é um objeto de comunicação entre os seres humanos, enunciador e enunciatário, no qual os sentidos dependem da exterioridade. Segundo Ferreira (2003, p. 203) “o que está fora (o exterior) faz parte integrante do que está dentro (do interior). Não há, pois, dicotomia; há tensão, há contradição”. Então, o conceito de sentido escapa à palavra e se inscreve na história e na relação com outras palavras.

Os efeitos de sentido estão ligados ao discurso e o discurso é efeito de sentido entre seres humanos em interlocução. Foucault (2012) propõe que o discurso é um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva (doravante denominada de FD) e atende a regras de formação, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) a ela e, desse modo, delimitam o que pode e deve ser dito.

O conceito de FD auxilia na análise dos enunciados compreendendo o discurso ligado a um conjunto de discursos outros, sejam numa relação de aliança ou de confronto que é estabelecida no fio discursivo. Uma FD, segundo Pêcheux (1999, p.314), não é estruturalmente um espaço fechado “já que ela é constitutivamente ‘invadida’ por elementos provenientes de outros lugares (i. é, de outras formações discursivas) que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”)”.

Os sentidos resultam de relações continuadas entre discursos vários, àqueles que os precederam e aqueles que os sucederão. Para Orlandi (2012, p.39), “não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. O sentido está ligado ao espaço de circulação entre duas ou mais FDs. O discurso se constitui em seus sentidos,

porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. [...] as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos de formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. [...] no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. (Orlandi, 2012, p. 43)

Um enunciado constitui uma unidade do ato de enunciação que está ligada a uma determinada FD e o enunciador a revela ao enunciar o que pode e deve ser dito, ou melhor, se expressa com enunciados próprios da FD a que está vinculado, segundo Maingueneau (2008).

A Análise de Discurso (doravante denominada de AD) advoga o primado do interdiscurso, isto porque não acredita que haja discurso único, adâmico, que já não tenha ligações com os discursos já-ditos. Como ressaltam Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 286) “todo discurso é atravessado pela *interdiscursividade*, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no *interdiscurso*”.

De acordo com Maingueneau (2008), o interdiscurso tem precedência porque constitui um espaço de trocas entre vários discursos que tem relação entre si seja de aliança ou de confronto. A relação polêmica de confronto estabelecida entre dois discursos não é acidental porque ambos não são instituídos independentes um do outro, a existência de um é a causa do outro existir, ou melhor, é a condição de possibilidade.

O Outro se constrói na forma de simulacro (imagem personificada) em oposição ao mesmo. O processo de tradução que revela a relação interdiscursiva entre o um e o Outro é da interincompreensão, quer dizer, “cada um introduz o outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói”, explica Maingueneau (2008, p. 22). Nos enunciados o Outro se circunscreve a zona do não-dizível que constitui o interdito do discurso.

Dessa maneira, os enunciados serão sempre atravessados pelo discurso do Outro. Como revela Authier-Revuz (1998) sob as palavras proferidas outras tantas se dizem, há uma polifonia. O discurso do Outro se coloca mesmo como constitutivo do tecido de todo discurso, em um entrelaçamento polifônico, um jogo de vozes cruzadas que se complementam, concorrem entre si, podendo ser contraditórias.

A partir dessas considerações nos perguntamos quais formações discursivas compõem o interdiscursivo presente no espaço discursivo do mundo do trabalho? Quais sentidos foram produzidos ao longo do processo social, histórico e cultural acerca do trabalho?

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados como: dor, fadiga, aflição e fardo. Na origem da palavra, o verbo *tripaliare* significa torturar, daí o conteúdo semântico de sofrer, segundo Albornoz (2000). No mesmo sentido, na comunidade discursiva judaico-cristã, verificamos a influência do texto bíblico em associar ao trabalho, as ideias de desonra, degrado e castigo; alega-se serem as mesmas devidas à maldição rogada por Deus ao casal expulso do paraíso: “Do suor do teu rosto comerás”. Também, resquícios da história, o modo de trabalho servil e a escravidão somaram para a carga pejorativa do trabalho tido como atividade de sofrimento e de dor, portanto desvalorizada, em contraposição ao ócio, símbolo de riqueza e do prazer.

Com a Reforma Protestante, o trabalho surge como uma obrigação moral e é um poderoso agente da racionalidade da atividade econômica, gerador de lucro, não importando a sua natureza. Segundo Weber (2005) é com a máxima de que trabalhar serve para ganhar dinheiro e dinheiro serve para ser economizado e investido para que se possa trabalhar e investir mais, que a ética protestante cria o terreno fértil para o desenvolvimento do espírito do capitalismo.

A sociedade burguesa reconhece no trabalho a fonte de toda riqueza social, mas este é visto como utilidade exterior e não por seu significado intrínseco para a vida humana. Para Albornoz (2000) dissociaram o trabalhador do homem concreto e o tornaram apenas *homo economicus*. Assim, o trabalho e o homem ficam reduzidos a um conceito econômico, porém incompleto, parcial. A ideia mecanicista de que o homem se comporta racionalmente somente a fim de atingir seus objetivos econômicos, opõe-se à concepção do homem complexo que toma por premissa a complexidade e a variabilidade dos motivos que acionam os indivíduos a apresentarem respostas diferentes ao mesmo estímulo.

“Mas o trabalho deve ser necessariamente associado ao sofrimento? Ou seria lícito pensar, em uma perspectiva diametralmente oposta, sendo aquela atividade essencialmente humana na sua relação com a natureza [...]?”, propõem Borges e Yamamoto (2004, p.24). Nossa perspectiva é do trabalho como atividade, logo, de transformação da natureza em objeto ou como ação de significado geradora de satisfação e gratificação. Desse modo, o seu sentido é de fonte de prazer, prêmio e meio de satisfazer necessidades humanas mais complexas que apenas a imediata satisfação das necessidades econômicas.

As considerações acerca da evolução dos sentidos do trabalho podem, a nosso ver, serem sintetizadas na visão humanista e não humanista do trabalho em função de possuírem como referência a instrumentalização e o valor, por conseguinte,

é instrumental (orientada à racionalidade instrumental) quando vê o trabalho essencialmente como meio para alcançar objetivos instrumentais imediatos, como são aqueles de renda (poder econômico) e do prestígio social (símbolo de *status*), onde o consumo e o tempo livre são benefícios anexos. Ao contrário, uma cultura do trabalho é orientada ao valor (à racionalidade substantiva) quando vê no trabalho os fins últimos (valores em si mesmo) que expressam e realizam a humanidade da pessoa e o bem comum. (Laner, 2005, p.73)

É nessa oscilação entre o desprezo e a valorização, entre o sofrimento e o prazer que os sentidos do trabalho são produzidos e veiculados em enunciados. Os enunciados escritos ou orais são inscritos em gêneros discursivos que podem ser decompostos em tema, estilo verbal e construção composicional, definidos assim:

Tema referido a objetos [objeto do discurso] e sentidos (outros enunciados), estilo verbal (seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua) e construção composicional (procedimentos composicionais para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva e da relação dos participantes da comunicação discursiva). (Rodrigues, 2005, p.167)

Uma comunidade discursiva institui e partilha de normas preestabelecidas que compõem o conjunto de direitos e deveres associados ao gênero discursivo, atendendo às condições sócio-históricas.

Método

A perspectiva teórica e metodológica adotada é da Análise do Discurso de linha francesa que tem por objeto “explicar como os sentidos são produzidos na/pela materialidade da língua”, conforme Rodríguez (2003, p.47).

A pesquisa se inscreve no método qualitativo e tem os seguintes pressupostos: a) seu objeto é histórico, determinado pelo tempo e lugar social, por conseguinte, provisório e dinâmico; b) existe uma ausência de neutralidade entre o(a) pesquisador(a) e o objeto, uma vez que está comprometido com o que estuda; c) os interesses e visões de mundo, historicamente construídos, são intrínseca e extrinsecamente ideológicos, e d) trabalha com o universo de valores e significados, conforme Minayo (2010). Estes pressupostos orientaram desde a escolha do objeto até os procedimentos de análise adotados.

Os documentos caracterizam-se como gêneros discursivos ligados a campos de atividades sociais específicos. Alguns são de domínio privado e outros de domínio público. Nesta pesquisa tratamos de documentos de domínio público que para Spink (2004, p. 126), são documentos cuja “[...] intersubjetividade é produto da interação com outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo”.

Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa foram: a) leitura do material bibliográfico e discussão acerca dos conceitos chave da AD e sobre os sentidos do trabalho; b) delimitação do *corpus* de análise por meio do levantamento e da classificação do gênero discursivo; c) coleta, seleção e caracterização do *corpus* conforme a tipologia discursiva e descrição das condições de produção; d) análise do *corpus* identificando as formações discursivas e ideológicas existentes acerca do trabalho no gênero discursivo selecionado.

Resultados e Discussão

Os enunciados mobilizam diferentes sentidos e, a comunidade discursiva que o emprega no seu cotidiano, o faz por força de valores ideológicos que deseja reproduzir. A ideologia revela os valores que a comunidade adere e faz por manter e reproduzir no espaço discursivo. Esses valores de verdade representam ideologias que são reconhecidas por marcas linguísticas.

No espaço discursivo do trabalho duas FDs estão em relação polêmica, a FD Instrumental e a FD Substantiva, inspiradas em Laner (2005). A primeira FD toma o trabalho como meio e, a FD Substantiva, o trata como fim concebendo o trabalho como fonte de realização humana e de prazer. Uma FD Instrumental constitui o Outro discursivo da FD Substantiva, o avesso silenciado.

A FD Instrumental é encontrada em contraposição a FD Substantiva nos enunciados dos diferentes gêneros discursivos que tratam da temática do trabalho como: o poema “O operário em construção” de Vinicius de Moraes (1983); a fábula da “formiga e a cigarra” em La Fontaine (1957); a letra da “Música de Trabalho” da banda Legião Urbana contida no álbum “A Tempestade” ou o “Livro dos Dias” (1996); a história em quadrinhos, como Chico Bento em “Porcaria não!” de Maurício de Sousa (1983) e os provérbios que apresentamos uma análise a seguir a título de ilustração.

O provérbio, como expressão linguageira de uma sociedade, segundo Obelkevich (1997) está imbuído de valores ideológicos. O seu emprego depende do que é dito, mas também da situação em que é dito, por exemplo, o contexto de trabalho. Os provérbios mobilizam diferentes sentidos e a comunidade discursiva que o emprega no seu cotidiano o faz por força de seus interesses. O enunciador do provérbio é o sujeito universal representado pelo eu que enuncia numa situação de comunicação específica a fim de persuadir o outro dos valores de verdade contidos no enunciado proferido. Esses valores de verdade representam ideologias que são reconhecidas por marcas linguísticas, como a escolha lexical, por exemplo.

Os provérbios ligados ao mundo do trabalho e analisados aqui foram recolhidos do *Thesaurus*, ou seja, do tesouro social e alguns deles são: 01- O trabalho enriquece, a preguiça empobrece; 02 - Quem trabalha de graça é o relógio; 03 - Madruga e verás, trabalha e terás; 04 - Quem não trabalha não mantém a casa farta; 05 - Quem não trabuca, não manduca; 06 - Quem trabalha tem alfaia; 07 - Mãos desocupadas, oficina

do diabo; 08 - O trabalho é o pai do êxito; 09 - Com o trabalho e perseverança, tudo se alcança; 10 - Trabalho não mata ninguém; 11 - Trabalho é meio de vida e não de morte; 12 - Trabalhar não é vergonha, é honra; 13 - O trabalho exalta o homem; 14 - O trabalho mostra o que o homem é; 15 - Trabalho apressado não dá bom resultado; 16 - Grandes lidas, grandes fadigas; 17 - Quem trabalha na juventude, repousa na velhice; 18 - Primeiro a obrigação, depois a diversão.

Os sentidos nesses provérbios remetem ao valor do trabalho como meio de obter satisfação de diferentes necessidades humanas, conforme notamos na FD Instrumental, como o comer e o vestir (provérbios 05 e 06) além de meio para obtenção de *status*, fartura, êxito. Quem não adere a essa visão da FD Instrumental é tido como preguiçoso (provérbio 01), pobre (provérbio 01), indigno (provérbio 13), sem honra (provérbio 12). O trabalho é ligado à obtenção de ganhos econômicos (provérbios 01, 02 e 03) e o prazer é postergado para o tempo da velhice (provérbio 17) ou para aquilo que o dinheiro pode proporcionar ao trabalhador (provérbio 09). A ideia de trabalho vem conjugada com fadiga (provérbio 16), obrigação (provérbio 18) e morte (provérbios 10 e 11) remetendo ao sentido do trabalho como fonte de sofrimento, “sem direito à preguiça” conforme Lafargue (1999). Ressaltamos que a preguiça é ligada ao discurso religioso, sendo ela um dos pecados capitais. Logo, o trabalhador não tem direito ao ócio, ao descanso e se houver tempo livre é preciso encontrar outra atividade que possa ser desenvolvida para trabalhar mais, desse modo evita a ação do diabo. É um discurso que encontra bastante adesão em comunidades discursivas judaico-cristãs.

A rede interdiscursiva revela elementos do discurso religioso aliado ao discurso econômico, identificado pela escolha lexical: preguiça, diabo, morte, vergonha. O sujeito universal evoca do discurso religioso aqueles elementos de valores negativos que se deseja manter a distancia (preguiça, diabo, morte, vergonha) e une valores positivos que se querem próximos (enriquecimento, vida, honra) ambos concernentes à FD Instrumental. Dessa maneira, o enunciatório deve trabalhar para enriquecer e ser honrado. Vemos que está silenciada a FD Substantiva que ressalta o prazer como fim do trabalho, isto ocorre porque esta se constitui o antidiscurso, o avesso da FD Instrumental.

Ainda se verifica a concepção de centralidade do trabalho assalariado na vida das pessoas, desse modo, a identidade é construída a partir da atividade remunerada que se realiza no dia a dia. O trabalho é aquela atividade que tem pagamento (provérbio 02), ou seja, remunerado conforme a visão dominante acerca do trabalho. Essa concepção suscita a ideologia do homem *economicus*, que trabalha apenas pelo dinheiro que pode obter.

Socialmente, o trabalho é o meio de significar o homem (provérbios 13 e 14), aquele que não trabalha não ganha, por conseguinte, não tem lugar na sociedade, assim como os desempregados. O discurso do não trabalho é negado pelo enunciador. Essa negação atende bem aos princípios do capitalismo e tem como voz de autoridade o sujeito universal.

Considerações finais

Os sentidos do discurso se constroem historicamente nas interações sociais e, portanto, os parceiros comunicacionais envolvidos numa dada situação mobilizam diferentes sentidos porque se inscrevem em determinados lugares que sustentam posicionamentos convergentes ou antagônicos, de alianças ou de confrontos.

Para AD não existe relação direta ou natural entre as palavras e as coisas, mas linguístico-histórica, portanto, discursiva. A realidade é produzida por seres humanos em condições de produção específicas, o que significa considerar que o sentido é ideológico.

Os sentidos podem mudar e as sociedades podem ser outras. A ideologia decorre da construção social que os seres humanos fazem da realidade. Trata-se aqui de construções travadas sob a égide de relações de dominação advindas, sobretudo, da forma de organização humana, seja ela econômica, de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia. Os modos representativos dessas relações de dominação são reproduzidos social e historicamente por meio dos discursos que tentam se perpetuar.

A produção de sentidos deriva das posições colocadas em jogo num determinado período sócio-histórico pelas relações de dominação. Corroborando a máxima weberiana de que devemos trabalhar e muito para ganhar dinheiro e ganhando-o devemos economizar a fim de aplicar para que se possa trabalhar e investir mais, mantendo viva a chama do espírito capitalista.

Bibliografia

- Albornoz, S. (2000). *O que é trabalho* (6a ed.). São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos; 171)
- Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp.
- Borges, L. O. & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A.V.B. Bastos (org.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. (pp.24-62). Porto Alegre: Artmed.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2012). *Dicionário de análise do discurso*. (3a ed.). São Paulo: Contexto.
- Ferreira, M. C. L. (2003). Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In E. P. Orlandi (org.). *A leitura e os leitores*. (pp. 201-208). Campinas: Pontes.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (8a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- La Fontaine, J. de (1957). *Fábulas de La Fontaine*. São Paulo: Edigraf.
- Lafargue, P. (1999). *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec.
- Laner, A. dos S. (2005). *Psicologia e trabalho na história: da apropriação do tempo à busca da felicidade*. Ijuí: Unijui.

- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar.
- Minayo, M. C. de S. (org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (29a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Moraes, V. (1983). *Antologia poética*. (24a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Obelkevich, J. (1997). Provérbios e história social. In P. Burke, R. Porter. *História social da linguagem*. (pp.43-81). São Paulo: Unesp.
- Orlandi, E. P. (2012). *Análise do discurso: princípios e procedimentos* (10a ed.). Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1999). A análise de discurso: três épocas (1983). In F. Gadet, T. Hak (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (pp. 311-318). Campinas, São Paulo: Edunicamp.
- Rodrigues, R. H. (2005). Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In J. L. Meurer, A. Bonini & D. Motta-Roth (org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. (pp. 152-183). São Paulo: Parábola.
- Rodriguez, C. (2003). Sentido, interpretação e história. In E. P. Orlandi (org.). *A leitura e os leitores*. (pp. 47-58). Campinas: Pontes.
- Spink, P. (2004). Análise de documentos de domínio público. In M. J. Spink (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (3a ed.). (pp. 123-151). São Paulo: Cortez.
- Weber, M. (2005). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (15a ed.). São Paulo: Pioneira.

Recebido: 29 de outubro de 2013.

Aprovado: 21 de agosto de 2014.